

UM DESAFIO OU UMA CONQUISTA? JOVENS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO NA COMUNIDADE TRADICIONAL DO ALTO DO RIO PARDO

Autores: LUANA DE MELO LOBATO, ISABEL CRISTINA BARBOSA DE BRITO

Introdução

Este trabalho é resultado de uma reflexão e articulação entre os jovens estudantes do município de Rio Pardo das Licenciaturas em Educação do Campo (LECAMPO), o NIISA[1] - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros, que abriga o projeto[2] “O desafio da permanência dos jovens nas comunidades tradicionais”, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o NEDET Alto Rio Pardo (Núcleo de Desenvolvimento Territorial do Alto Rio Pardo) e seu Comitê de Jovens. E, tem como parceiros o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas (STR) e o laboratório de educação do Campo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Para os jovens das comunidades tradicionais é um grande desafio a permanência em seus lugares de origem, com suas famílias, pois para poderem estudar muitas vezes são obrigados, desde criança a se deslocarem para as sedes dos municípios, finalizando por migrarem para as cidades definitivamente. O presente trabalho pretende focalizar a estratégia de permanência de alguns desses jovens do município de Rio Pardo de Minas (Fig. 1) que buscam na educação do campo uma forma de frequentarem o ensino superior sem ter que migrar de suas comunidades para as cidades.

Material e métodos

Nosso intuito aqui é mostrar, por meio de uma etnografia do encontro dos Jovens Geraizeiros que aconteceu em Rio Pardo de Minas, no período de 17 e 18 de Junho de 2017 e tinha como objetivos fortalecer a articulação dos jovens no território do Alto Rio Pardo e construir pautas das juventudes para organizá-la no enfrentamento dos seus problemas. Buscamos também, divulgar e avaliar as atividades de educação do campo, tratar sobre as atividades do campo desempenhadas por jovens e mapear a juventude nos espaços existentes de participação e no processo de construção das políticas municipais e de desenvolvimento territorial. As principais questões trabalhadas por esses jovens no encontro foram a questão da educação, as dificuldades por eles encontradas como, por exemplo, o não reconhecimento das escolas no campo, a falta de estrutura e investimento em escolas e professores das comunidades, mas foi proposto também que isso pode ser melhorado pois, a educação do campo se aprende nas interações com a comunidade. Precisamos interagir buscar conexões mais holísticas, mais sistêmicas. É só na coletividade que conseguiremos dá mais sentido e avançar na construção de um projeto coletivo e mais autônomo para o povo de Rio Pardo.

Resultados Parciais e Discussão

No município de Rio Pardo de Minas, pertencente à mesorregião norte de Minas Gerais, com uma população total de 29.099 habitantes, uma situação diferenciada verifica-se, a população rural é maior que a urbana, que consiste em aproximadamente 11.692 cerca de 40% da população, enquanto que a população rural é de aproximadamente 17.764 habitantes, 60% (IBGE, 2010). Apesar da predominância da população rural neste município, nas últimas duas décadas a população rural diminuiu, passou de 75,14% em 1991 para 59,82% em 2010 (Tabela 1). Embora com o impacto da monocultura do eucalipto, que foi se expandindo com o tempo e ocupando as terras que antes eram utilizadas pelos agricultores tradicionais (BRITO, 2006), mudando drasticamente o modo de vida dessas comunidades, estes permaneceram lutando e assegurando seus direitos, continuam resistindo em partes dos seus territórios e reinventando seu modo de produzir e viver, mesmo com a diminuição a população rural ainda é superior.

A 3ª conferência Nacional da Juventude realizada em dezembro de 2015 apontou três prioridades gerais, como 1ª prioridade geral: a “Não redução da maioridade penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente”; e como 2ª prioridade geral: “Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes aos povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar às suas terras originais e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural”. Rio de Janeiro, 14 de maio de 2018. A 4ª prioridade: “garantir a implantação do sistema nacional de juventude composto por órgãos, gestores, conselhos e fundos de públicas da juventude nas três esferas



(CNJ, 2016)

Os jovens de comunidades tradicionais vêm pleiteando a necessidade de permanecer em suas comunidades. Nota-se que vários problemas são encontrados por eles nessas comunidades e que há uma necessidade de buscar selecioná-los, pois enfrentam várias dificuldades, principalmente na questão da educação e nas atividades produtivas do campo. Os diversos desafios que esses jovens enfrentam tanto em termos de garantia de seus direitos básicos, como de acesso a serviços públicos que se fez “pensar a permanência em suas comunidades”, e quais seriam os principais obstáculos para se permanecer nesse território. Para que as comunidades rurais se tornem um ambiente onde o jovem deseje permanecer, estudar, trabalhar e produzir, os moradores e principalmente os jovens, tem construindo pautas e encaminhamentos. A migração juvenil nas comunidades rurais em busca de oportunidades de educação e trabalho nas áreas urbanas é uma questão importante quando pensamos na sucessão geracional nas comunidades tradicionais, por estas estarem sofrendo restrição ao acesso aos recursos naturais, dos quais são dependentes. Stropazolas (2011) considera que a modernização gera impactos diretos de diversas naturezas na dinâmica sucessória da agricultura familiar, tanto em relação aos sistemas e circuitos produtivos, como em relação aos papéis exercidos e nas atribuições dos jovens no grupo familiar.

Durante o encontro, os jovens apontaram que outro modelo de se fazer desenvolvimento é possível, que não é preciso sair das suas comunidades para buscar uma educação, mas para que isso aconteça é preciso se reconhecer como sujeito de luta para o projeto de campo, para a educação do campo, é preciso ocupar os espaços de decisão – as associações, sindicatos, conselhos, câmara de vereadores. Lutar por investimento em educação, por políticas, para que essas comunidades possam ter suas escolas funcionando. Conscientizar as comunidades sobre a importância da escola na comunidade que também pode oferecer uma educação de qualidade. Precisamos preparar para melhorar esse cenário, a gente tem que resistir.

Considerações Finais

Apesar de o projeto estar em andamento, a partir da análise do encontro e de atividades desenvolvidas no âmbito do projeto pode-se apontar que há necessidade de uma melhor organização do Estado para garantir os direitos da juventude do campo. Para fortalecer os movimentos da juventude rural, para construir a educação que se quer uma educação que capacite os sujeitos do campo e que contribua para um desenvolvimento solidário, justo e sustentável. A Educação do campo vem respondendo, de certa forma, dando algumas respostas aos problemas pelos quais os jovens do campo passam, pois permite que os jovens cursem a graduação sem ter que sair de seus lugares de origem, assim como abordam conteúdos que têm relação com o mundo do jovem do campo, problematizando questões e levando os jovens a se organizarem. Porém trata-se ainda de uma iniciativa pequena diante das numerosas demandas acumuladas ao longo do tempo, no qual foram ignoradas as especificidades dos jovens do campo e de seus problemas. A maioria dos jovens que cursam o ensino médio tem que deixar suas comunidades para estudar, ou submeter-se a longas jornadas em transportes precários para ter acesso a uma educação que constrói a sua saída do campo e sua migração para a cidade.

Uma das preocupações abordadas no encontro foi a continuidade do financiamento das licenciaturas do campo, diante da instabilidade política no país, há necessidade de a gente compreender quem nós somos, onde nós estamos. Nesse cenário político, ficou bem claro que temos que saber de onde somos e reafirmar isso.

Agradecimentos

A todos os membros do núcleo de estudos NIISA, ao projeto O desafio da permanência dos jovens nas comunidades tradicionais, aos jovens do Município de Rio Pardo de Minas e a FAPEMIG pelo apoio financeiro.

Referências bibliográficas

UM DESAFIO OU UMA CONQUISTA? JOVENS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO NA COMUNIDADE TRADICIONAL DO ALTO DO RIO PARDO



Introdução

Este trabalho é resultado de uma reflexão e articulação entre os jovens estudantes do município de Rio Pardo das Licenciaturas em Educação do Campo (LECAMPO), o NIISA[1] - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros, que abriga o projeto[2] “O desafio da permanência dos jovens nas comunidades tradicionais”, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o NEDET Alto Rio Pardo (Núcleo de Desenvolvimento Territorial do Alto Rio Pardo) e seu Comitê de Jovens. E, tem como parceiros o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas (STR) e o laboratório de educação do Campo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Para os jovens das comunidades tradicionais é um grande desafio a permanência em seus lugares de origem, com suas famílias, pois para poderem estudar muitas vezes são obrigados, desde criança a se deslocarem para as sedes dos municípios, finalizando por migrarem para as cidades definitivamente. O presente trabalho pretende focalizar a estratégia de permanência de alguns desses jovens do município de Rio Pardo de Minas (Fig. 1) que buscam na educação do campo uma forma de frequentarem o ensino superior sem ter que migrar de suas comunidades para as cidades.

Material e métodos

Nosso intuito aqui é mostrar, por meio de uma etnografia do encontro dos Jovens Geraizeiros que aconteceu em Rio Pardo de Minas, no período de 17 e 18 de Junho de 2017 e tinha como objetivos fortalecer a articulação dos jovens no território do Alto Rio Pardo e construir pautas das juventudes para organizá-la no enfrentamento dos seus problemas. Buscamos também, divulgar e avaliar as atividades de educação do campo, tratar sobre as atividades do campo desempenhadas por jovens e mapear a juventude nos espaços existentes de participação e no processo de construção das políticas municipais e de desenvolvimento territorial. As principais questões trabalhadas por esses jovens no encontro foram a questão da educação, as dificuldades por eles encontradas como, por exemplo, o não reconhecimento das escolas no campo, a falta de estrutura e investimento em escolas e professores das comunidades, mas foi proposto também que isso pode ser melhorado pois, a educação do campo se aprende nas interações com a comunidade. Precisamos interagir buscar conexões mais holísticas, mais sistêmicas. É só na coletividade que conseguiremos dá mais sentido e avançar na construção de um projeto coletivo e mais autônomo para o povo de Rio Pardo.

Resultados Parciais e Discussão

No município de Rio Pardo de Minas, pertencente à mesorregião norte de Minas Gerais, com uma população total de 29.099 habitantes, uma situação diferenciada verifica-se, a população rural é maior que a urbana, que consiste em aproximadamente 11.692 cerca de 40% da população, enquanto que a população rural é de aproximadamente 17.764 habitantes, 60% (IBGE, 2010). Apesar da predominância da população rural neste município, nas últimas duas décadas a população rural diminuiu, passou de 75,14% em 1991 para 59,82% em 2010 (Tabela 1). Embora com o impacto da monocultura do eucalipto, que foi se expandindo com o tempo e ocupando as terras que antes eram utilizadas pelos agricultores tradicionais (BRITO, 2006), mudando drasticamente o modo de vida dessas comunidades, estes permaneceram lutando e assegurando seus direitos, continuam resistindo em partes dos seus territórios e reinventando seu modo de produzir e viver, mesmo com a diminuição a população rural ainda é superior.

A 3ª conferência Nacional da Juventude realizada em dezembro de 2015 apontou três prioridades gerais, como 1ª prioridade geral: a “Não redução da maioridade penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente”; e como segunda prioridade geral: “Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes aos povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar às suas terras originais, e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural.” (CNJ, 2016)

Os jovens de comunidades tradicionais vêm pleiteando a necessidade de permanecer em suas comunidades. Nota-se que vários problemas são encontrados por eles nessas comunidades e que há uma necessidade de buscar selecioná-los, pois enfrentam varias dificuldades, principalmente na questão da educação e nas atividades produtivas do campo. Os diversos desafios que esses jovens enfrentam tanto em termos de garantia de seus direitos básicos, como de acesso a serviços públicos que se fez “pensar a permanência em suas comunidades”, e quais seriam os principais obstáculos para se permanecer nesse território. Para que as comunidades rurais se tornem um ambiente onde o jovem deseje permanecer, estudar, trabalhar e produzir, os moradores e principalmente os jovens, tem construído pautas e encaminhamentos. A migração juvenil nas comunidades rurais em busca de oportunidades de educação e trabalho nas áreas urbanas é uma questão importante quando pensamos na sucessão geracional nas comunidades tradicionais, por



Durante o encontro, os jovens apontaram que outro modelo de se fazer desenvolvimento é possível, que não é preciso sair das suas comunidades para buscar uma educação, mas para que isso aconteça é preciso se reconhecer como sujeito de luta para o projeto de campo, para a educação do campo, é preciso ocupar os espaços de decisão – as associações, sindicatos, conselhos, câmara de vereadores. Lutar por investimento em educação, por políticas, para que essas comunidades possam ter suas escolas funcionando. Conscientizar as comunidades sobre a importância da escola na comunidade que também pode oferecer uma educação de qualidade. Precisamos preparar para melhorar esse cenário, a gente tem que resistir.

Considerações Finais

Apesar de o projeto estar em andamento, a partir da análise do encontro e de atividades desenvolvidas no âmbito do projeto pode-se apontar que há necessidade de uma melhor organização do Estado para garantir os direitos da juventude do campo. Para fortalecer os movimentos da juventude rural, para construir a educação que se quer uma educação que capacite os sujeitos do campo e que contribua para um desenvolvimento solidário, justo e sustentável. A Educação do campo vem respondendo, de certa forma, dando algumas respostas aos problemas pelos quais os jovens do campo passam, pois permite que os jovens cursem a graduação sem ter que sair de seus lugares de origem, assim como abordam conteúdos que têm relação com o mundo do jovem do campo, problematizando questões e levando os jovens a se organizarem. Porém trata-se ainda de uma iniciativa pequena diante das numerosas demandas acumuladas ao longo do tempo, no qual foram ignoradas as especificidades dos jovens do campo e de seus problemas. A maioria dos jovens que cursam o ensino médio tem que deixar suas comunidades para estudar, ou submeter-se a longas jornadas em transportes precários para ter acesso a uma educação que constrói a sua saída do campo e sua migração para a cidade.

Uma das preocupações abordadas no encontro foi a continuidade do financiamento das licenciaturas do campo, diante da instabilidade política no país, há necessidade de a gente compreender quem nós somos, onde nós estamos. Nesse cenário político, ficou bem claro que temos que saber de onde somos e reafirmar isso.

Agradecimentos

A todos os membros do núcleo de estudos NIISA, ao projeto O desafio da permanência dos jovens nas comunidades tradicionais, aos jovens do Município de Rio Pardo de Minas e a FAPEMIG pelo apoio financeiro.

Referências bibliográficas

BRITO, Isabel. Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, CDS, Brasília, 2013.

SEBRAE-MG. **Diagnóstico municipal - Rio Pardo de Minas**. Montes Claros, SEBRAEMG, 2003. (Programa Grande Sertão). 1 CD-ROM. http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=31

IBGE – INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

SDT-MDA. **Proposta de Programa de Desenvolvimento Territorial na Micro-região do Alto Rio Pardo**, Brasília, 2004.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar**. Março de 2011.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **RELATÓRIO DE METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO – ETAPA NACIONAL DA #3CONFJUV2011**. Resolução Final da 3ª Conferência Nacional de Juventude “As várias formas de mudar o Brasil” Prioridades aprovadas na Etapa Nacional. Conselho Nacional de Juventude Secretaria Nacional de Juventude Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Brasília 2016.

